

Injustiças epistêmicas: relatos e práticas de resistência epistemológica e política das mulheres afrodescendentes da área metropolitana de Lisboa¹

Antoni Aguiló²
Alexandra Lopes³

Resumo

Partindo de uma abordagem indutiva sustentada na metodologia de histórias de vida inspirada na Escola de Chicago e no seu uso de métodos antropológicos para estudar populações urbanas, com particular destaque para Robert Park e Ernest W. Burgess e potenciadas no contexto académico português por Elsa Lechner, este artigo apresenta uma reflexão crítica sobre injustiças epistêmicas e formas de lutar contra estas no cotidiano das mulheres afrodescendentes da área metropolitana de Lisboa. Para tanto, o artigo está organizado em três partes complementares: na primeira, será apresentada uma conceituação introdutória de injustiça epistêmica a partir de várias perspectivas teóricas feministas e descoloniais. A segunda parte explora três eixos de análise relevantes para a desvalorização do conhecimento produzido pela diáspora feminina negra. A terceira parte, usando estudos de caso baseados nas histórias de vida das mulheres afrodescendentes em Portugal, oferece exemplos concretos de estratégias de resistência epistemológica e política contra os efeitos adversos da injustiça epistêmica, particularmente no que diz respeito à questão racial e sexual. Em suas observações finais, a pesquisa conclui que a injustiça epistêmica condiciona a formação de processos de subjetividade. Apesar disso, as vozes de grupos estruturalmente racializados e discriminados, como o caso das mulheres afrodescendentes, podem ser potenciadas por meio de práticas de resistência política por elas desenvolvidas. Essas práticas permitem que essas mulheres se reapropriem de suas vidas e da liberdade de se definir a si mesmas.

Palavras-chave: Injustiça Epistêmica; Mulheres Afrodescendentes; Histórias de Vida; Epistemologias do Sul.

1. Injustiça epistêmica: perspectiva desde o Sul

Ao longo das últimas décadas, foram sendo desenvolvidas diversas abordagens teóricas e metodológicas, tais como as epistemologias feministas, as epistemologias queer, as epistemologias *crip* e as epistemologias descoloniais. Apesar das suas diferenças, essas abordagens compartilham, amplamente, a perspectiva das epistemologias do Sul global proposta por Boaventura de Sousa Santos (2017; 2020). As epistemologias do Sul se baseiam na premissa de que não pode haver justiça social global sem justiça cognitiva global (SANTOS, 2010, p. 37) ou, em outras palavras, na ideia de que o epistêmico representa uma dimensão substancial e inseparável da opressão e da marginalização social (MEDINA, 2013). Nesse sentido, segundo Fernando Broncano (2020, p. 21, trad. nossa), é preciso reconhecer

¹Esta publicação foi possível graças ao apoio do programa de projetos de investigação liderados por pesquisadores de pós-doutorado da Universidade das Ilhas Baleares (concurso 2021) financiado pela UIB e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Uma forma de fazer a Europa).

² Doutor em Humanidade e Ciências Sociais, investigador do Departamento de Filosofia da Universidade das Ilhas Baleares (Espanha) e membro da linha temática Democracia, justiça e Direitos Humanos do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal): e-mail: a.aguil@uib.cat.

³ Doutoranda no Programa de Estudos Avançados em Direitos Humanos na Universidade Carlos III de Madrid (Espanha); e-mail: alexandalopes_1995@hotmail.com.

que “a posição social de dominação em posições epistêmicas representa uma base primária da opressão, exclusão, exploração e em geral das várias formas de injustiça”.

Partindo dessa coordenadas, Gayatri Spivak (1988, p. 281) usa o termo “violência epistêmica”; Sabelo Ndlovu-Gatsheni (2021) denuncia o “império cognitivo” ocidental que colonizou o universo mental dos africanos; Baptiste Godri e Marie dos Santos (2017, p. 7) explicam que as desigualdades sociais produzem e se baseiam em “desigualdades epistêmicas”; o próprio Santos (2009) argumenta que a epistemologia ocidental hegemônica funciona por meio da imposição permanente de um pensamento abissal que divide o mundo em dois universos ontologicamente opostos: o mundo norte-cêntrico da sociabilidade metropolitana, desse lado da linha, e o mundo do outro lado da linha abissal, o lado do subalterno, do invisível, dos espaços coloniais habitados por seres sub-humanos que são epistemológica e socialmente produzidos como inexistentes, mas que, ao mesmo tempo, formam parte de um sul epistêmico diverso que luta, entre outros, contra as injustiças racistas, sexistas e classistas (SANTOS, 2021).

Para Santos, o pensamento abissal hegemônico representa um instrumento de dominação que, entre outros efeitos, produz aquilo a que se chama de “epistemicídio”: o “processo político-cultural pelo qual o conhecimento produzido por grupos sociais subalternos é morto ou destruído, como forma de manter ou aprofundar essa subordinação (SANTOS, 1998, p. 208, trad. nossa). Epistemicídio, nesse sentido, implica suprimir, silenciar ou desqualificar as formas específicas de conhecimento. Como o próprio sociólogo explica, a violência perpetuada pelo epistemicídio:

Vai desde o uso de habitantes locais como guias e mitos e cerimônias locais como instrumentos de conversão até a pilhagem de conhecimentos indígenas sobre a biodiversidade, ao passo que a violência é exercida mediante a proibição do uso das línguas próprias em espaços públicos, a adoção forçada de nomes cristãos, a conversão e a destruição de símbolos e lugares de culto e a prática de todo tipo de discriminação cultural e racial (SANTOS, 2009, p. 82).

Por sua vez, o feminismo negro há muito reflete sobre como o epistemicídio se reforça e se cruza com as hierarquias raciais, de classe e de gênero, entre outras. Para Sueli Carneiro (2005), falar em epistemicídio consiste em descrever um elemento constitutivo do dispositivo de racialização e biopoder tradicionalmente presente tanto na sociedade brasileira quanto no resto da diáspora africana. Esse dispositivo, que inclui uma complexa e heterogênea rede de discursos, leis, instituições e medidas policiais, entre outros aspetos, funciona como um mecanismo que estabelece papéis hierárquicos como o fim de justificar atitudes desumanizantes. Nas palavras da filósofa, o epistemicídio é:

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Em consonância com Carneiro, Lélia Gonzalez (1988, p.77) denuncia a hierarquia racial e cultural que o supremacismo branco estabeleceu a escala global e que legitimou a crença na suposta superioridade da população negra, na sua ausência de historicidade e na irracionalidade ou escassa racionalidade das epistemologias y das ontologias negras, provocando o esvaziamento “do nosso legado histórico, da nossa dignidade, da nossa histórias e da nossa contribuição para o avanço da humanidade nos níveis filosófico, científico, artístico e religioso”.

À luz das epistemologias negras de tipo interseccional e descolonial, a construção de saberes legítimos, merecedores de escuta, respeito e credibilidade social, deve ser entendida como parte das relações de poder impostas pelo supremacismo branco, o cisheteropatriarcado, o capitalismo e o colonialismo (HOOKS, 1982, ALCOFF, 1991; COLLINS, 2002). Nessa perspectiva, Kristie Dotson usa o conceito de opressão epistêmica em referência às “exclusões epistêmicas concedidas e comunidades que produzem deficiências no conhecimento social” (DOTSON, 2012, p. 24, trad. nossa). Dotson explica que essas exclusões representam “violações da agência epistêmica dos sujeitos cognoscentes que reduzem a sua capacidade de participar de uma comunidade epistêmica” (2012, p. 24, trad. nossa), de modo que a opressão prejudica a capacidade e a autoridade dos sujeitos de produzir, validar ou contribuir para a geração e difusão de conhecimento.

Grande parte dessas ideias em torno da dimensão epistêmica da opressão foram adaptadas do conceito de “injustiça epistêmica”, desenvolvido por Miranda Fricker (2017). Fricker define a justiça epistêmica como um tipo específico de injustiça por meio do qual as pessoas sofrem lesões em sua qualidade de sujeitos de conhecimento, o qual prejudica a sua dignidade humana. Na mesma linha, Gaile Pohlhaus, Jr., José Medina e Ian James Kidd (2017, p. 1, trad. nossa) definem a justiça epistêmica como “aquelas formas de tratamento injusto que se relacionam com questões de conhecimento, compreensão e participação nas práticas comunicativas”. Entre estas formas de tratamento injusto, destacam a invisibilidade, a

ininteligibilidade e a inaudibilidade dos excluídos através de diferentes estratégias utilizadas para questionar ou a degradar a sua capacidade de raciocinar, argumentar ou escutar. Em uma cultura logocêntrica como a ocidental, em que a razão e a palavra determinam o valor de alguém como humano, argumenta Fricker, isso significa que não se pode ser considerado plenamente humano.

Fricker (2017, p. 17) considera que a injustiça epistêmica pode ser entendida de duas maneiras fundamentais: como “injustiça testemunhal” e como “injustiça hermenêutica”. A injustiça testemunhal ocorre quando alguém que compartilha as suas experiências ou testemunho não tem credibilidade suficiente, geralmente como resultado de estereótipos negativos projetados na identidade social do orador. Por exemplo, desvalorizar o testemunho de alguém simplesmente porque essa pessoa é negra ou mulher. Ampliando a noção de Fricker, Christopher Hookway (2010) refere duas formas concretas de injustiça testemunhal: o viés de participação e o viés de informação. A primeira consiste no déficit de credibilidade que afeta o sentido de relevância de uma pessoa ou grupo, de modo que sua capacidade de agência e participação na construção coletiva do conhecimento é prejudicada, pois é reconhecida como participante plena e legítima de um dado contexto epistêmico (um debate, por exemplo). Representa um tipo de injustiça epistêmica que ocorre frequentemente em contextos educativos (AGUILÓ, 2009). A segunda se verifica quando um determinado orador é julgado injustamente como resultado da sua suposta falta de capacidade de fornecer informações confiáveis.

Já a justiça hermenêutica, se observa quando os grupos dominantes têm acesso aos recursos hermenêuticos (visões de vida por meio das quais o mundo é explicado e interpretado) necessários para compreender suas próprias experiências, enquanto, ao contrário, os grupos subordinados, carecem desses recursos coletivos devido às desigualdades estruturais presentes na sociedade. Como consequência dessa falta de disponibilidade de recursos hermenêuticos, os grupos subordinados não conseguem dar sentido nem às suas experiências nem às de sua comunidade.⁴ Fricker (2017, pp. 241-246) faz referência ao caso do termo “assédio sexual”⁵ para explicar aspetos das experiências vividas pelas mulheres que

⁴ Nesse ponto Dotson se distancia de Fricker, cujo conceito de injustiça hermenêutica parte do pressuposto de que só existe um conjunto de recursos epistêmicos disponíveis para todos os agentes cognoscentes. Dotson (2012, p. 32) introduz a categoria de “injustiça contributiva” para reconhecer a existência de estruturas epistêmicas alternativas próprias de grupos marginalizados, que lhes permitem representar o mundo em seus próprios termos e interesses, mesmo que os membros da comunidade epistêmica dominante não os reconheçam deliberadamente como significativos.

⁵ Em abril de 2023, Boaventura de Sousa Santos, um dos principais referentes teóricos deste artigo, foi acusado de assédio sexual por três ex-pesquisadoras do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra no capítulo intitulado “The walls spoke when nobody would”, pertencente ao livro *Misconduct in Academia*:

antes precisavam desse conceito devido, em parte, ao contexto patriarcal prejudicial que as impedia de identificá-lo.

Partindo desta conceituação introdutória, o objetivo principal deste trabalho se traduz em uma reflexão crítica sobre as injustiças epistêmicas enfrentadas cotidianamente pelas mulheres afrodescendentes da área metropolitana de Lisboa. Para tanto, este artigo parte da introdução, que se divide em duas secções complementares: na primeira, são explorados os três eixos de análise relevantes para a desvalorização do conhecimento produzido pela diáspora feminina negra. Na segunda parte, à luz de estudos de caso baseados em histórias de vida, são apresentadas algumas formas de resistência - e de reexistência - epistemológica e política, particularmente em relação à questão racial e sexual. Seguem-se, por último, algumas considerações finais.

2. Desmantelamento das injustiças epistêmicas pela diáspora negra feminina: o caso português

Este artigo é realizado no âmbito do projeto de pesquisa conducente ao título de doutor que ainda está em fase de desenvolvimento. O projeto assenta num duplo objetivo: por um lado, analisar os processos de racialização espacial a que as mulheres afrodescendentes se vêem atualmente sujeitas na área metropolitana de Lisboa.

Por outro lado, enaltecer a trajetórias dessas mulheres que, a partir da diáspora feminina afrodescendente em Portugal pretendem fazer a diferença e produzir formas de conhecimento alternativas àquelas impostas pela modernidade colonial e o pensamento abissal em que está se baseia.

Como a injustiça epistêmica se manifesta no caso das mulheres afrodescendentes da área metropolitana e como elas resistem a este fenómeno? Como a linha abissal e o epistemicídio se relacionam com a experiência cotidiana dessas mulheres em um mundo administrado por uma lógica neoliberal, racista e patriarcal? Que papel desempenham os preconceitos identitários negativos em relação à produção do conhecimento por parte da

Informing an Ethics of Care in the University, publicado pela Routledge. Em seu artigo "Uma reflexão autocrítica" (SANTOS, 2023), o sociólogo reconhece ter tido comportamentos inadequados em relação às mulheres em termos gerais, mas nega as acusações de assédio sexual das pesquisadoras. Atualmente (setembro de 2023), o processo está em fase de investigação sob a supervisão da Comissão Independente designada para abordar este caso. O CES comunicou que os resultados desta investigação devem ser tornados públicos até o final do ano. Paralelamente, em agosto, a Routledge decidiu retirar de forma definitiva o capítulo em questão em virtude de ter recebido várias cartas de queixa, a primeira das quais de um advogado português, e pelo menos uma carta de *cease-and-desist* ou aviso de processo judicial. Essa série de eventos tem gerado significativa atenção e debate na comunidade acadêmica e nas redes sociais, e espera-se que a situação fique mais clara quando os resultados da investigação forem publicados.

diáspora negra feminina? Essas são algumas das questões de pesquisa que o referido pretende responder.

Com base nessas questões, cabe esclarecer, em primeiro lugar, as premissas com base a partir das quais se estabelece um processo de invisibilidade interseccional das múltiplas violências e desigualdades sofridas por essas mulheres. Desse este ponto de vista, a desumanização assume uma dimensão castradora de processos de subjetividade dissidentes que contradizem as representações definidas pelo paradigma da modernidade ocidental. Segundo Patricia Hill Collins (2002), essas representações estão saturadas de estereótipos negativos normalmente associados à selvageria, à natureza e à inferioridade intelectual. Assim, para desnaturalizar e resistir à desumanização, é necessário que as mulheres negras se definam e empoderem a partir da sua própria consciência, por mérito daquilo a que James Clifford (2019, p. 314, trad. nossa) chama de “consciência da diáspora” para construir uma identidade coletiva e uma história compartilhada em torno da negritude.

No entanto, mais concretamente, o desejo de autodeterminação identitária está associado a dois elementos basilares. De um lado, o estranhamento extemporâneo causado pela presença dos corpos negros femininos em determinados espaços da cidade. Em outras palavras, consiste em uma anomalia das representações do espaço urbano a partir das quais se articulam as formas de opressão (LEFEBVRE, 2013, p. 91). Por outro lado, e em estrita conexão com a premissa anterior, essa anomalia é o resultado de um segundo fator de desumanização que se refere à ausência de lugares de fala apropriados para os corpos dissidentes (AMARAL, 2005; RIBEIRO, 2017).

Assim, partindo da relação entre esses dois elementos, este artigo pretende revitalizar formas de subjetividade marginais, com ênfase na experiência das mulheres afrodescendentes da área metropolitana de Lisboa. Segundo Bell Hooks (2021, pp. 37-38), não se trata apenas da conversão de objetos em sujeitos produtores de conhecimento. As experiências dessas mulheres devem servir essencialmente para criar uma consciência verdadeiramente emancipatória, em que a resistência ou ato revolucionário permite encontrar uma consciência crítica sobre o peso da intersecção das formas de opressão no silenciamento dessas subjetividades. Dessa forma, será possível encontrar formas de desmontar atos de discriminação e desumanização por meio de uma estrutura emocional sólida.

Da mesma forma, é com base nessa premissa que se considerou adequado o uso da metodologia das histórias de vida, uma metodologia indutiva de pesquisa desenvolvida com a realização de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas realizadas online, entre os meses de setembro e outubro de 2021, se estruturam em torno dos três eixos temáticos de análise:

fronteira; a subjetividade feminina negra e a relação entre corpo e memória, que nos permitem resgatar e analisar processos construtivos da subjetividade das mulheres afrodescendentes portuguesas e, ao mesmo tempo, gerar uma troca enriquecedora de experiências sobre as ferramentas desenvolvidas por essas mulheres para resistir à intersecção entre capitalismo, racismo e cisheteropatriarcado em seu cotidiano. Ou seja, as histórias de vida representam uma oportunidade de resgate do lugar de fala (AMARAL, 2005; RIBEIRO, 2017) a partir da dialética entre centro e periferia que, portanto, permite materializar uma sociologia das ausências e das emergências (SANTOS, 2017, pp. 230-235; 2020, pp. 67-71).

2.1. O dilema da fronteira

A complexidade de ser mulher é, regra geral, exacerbada pelas implicações raciais e de gênero que muitas vezes são projetadas nos relatos das mulheres afrodescendentes. No entanto, apesar do grande arsenal teórico desenvolvido a partir do conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 1989), existe um componente diaspórico que tende a ser ignorado da trajetória dessas mulheres. Nesse caso, o que se verifica é, portanto, a ausência de um sentimento de pertencimento traduzido na máxima “sentir-se estrangeiro dentro do próprio país” (KILOMBA, 2010, pp. 64-66).

De fato, inspirando-nos na obra de Frantz Fanon (1986), entendemos que viver na diáspora produz um sentimento de alienação e inferiorização da subjetividade negra, que muitas vezes desenvolve como estratégia de sobrevivência formas de cumplicidade com os referentes simbólicos e culturais dominantes. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2009, p. 88), na lógica urbana orientada pelo pensamento abissal, esse viver diaspórico muitas vezes se traduz em uma fronteira entre humanidade e sub-humanidade possibilitada pelo chamado “fascismo do *apartheid* social”, que consiste na divisão (física ou simbólica) dos espaços urbanos em zonas selvagens (onde governam a sociabilidade colonial e do não ser) e zonas civilizadas (que são reguladas pela sociabilidade urbana).

Assim, a vida diaspórica permite consolidar o conceito de “zonas de contacto” proposto por Marie Louis Pratt (1991, p. 34): campos sociais onde diferentes formas de vida marcadas por assimetrias de poder se encontram e interagem, um conceito consonância com as epistemologias fronteiriças de Catherine Walsh (2003, pp. 12-13). Uma vez que a produção epistemológica do paradigma dominante pressupõe uma pretensão de universalidade, concentrar a análise nas epistemologias marginais profundamente enraizadas nos movimentos sociais nos permitirá encontrar um significado mais preciso da tão necessária tradução intercultural como base da justiça epistêmica e social (SANTOS, 2017). Nesse caso, o

trabalho de tradução intercultural é enriquecido pela tradição oral (na forma de testemunhos) em clara contradição com o abstracionismo da ciência moderna que, nas palavras de Amina Mama (2000, p. 17. trad. nossa), “chegou a simbolizar a última fronteira entre a selvageria e a civilização” e levou ao silenciamento das manifestações que se opunham a este princípio.

Embora numa perspectiva microssociológica se refira diretamente à experiência individual das mulheres afrodescendentes, é importante levar em conta que a fronteira entre o centro e a periferia é, em geral, intensificada pela indefinição que se gera desse posicionamento fronteiriço. Consequentemente, o relato proporcionado pelas histórias de vida é ainda mais premente pelo seu potencial de desafiar representações espaciais hegemônicas e, dessa forma, reivindicar um lugar de fala para denunciar situações de discriminação estrutural ou, alternativamente, descobrir propostas de cidadania inclusiva.

Com base nesse propósito, é interessante refletir sobre as fronteiras simbólicas que se projetam nas sociedades europeias e, em particular, no contexto português. A narrativa em torno das fronteiras evoluiu ao longo do tempo e, neste momento, assistimos à racialização de migrantes de áreas inicialmente percebidas como sendo parte do Mediterrâneo. No entanto, não se pode ignorar que, no caso dos afrodescendentes, esse sentimento de estranheza é consequência do silenciamento de vozes discordantes provocada por uma dissonância entre memória individual e memória coletiva moldada por um relato histórico oficial, fator elementar dos regimes de verdade que refere Michel Foucault (2007, pp. 11-12).

Assim, a proposta subjacente às histórias de vida faz referência à existência de um conceito de negritude transacional capaz de conciliar a racialização e a generificação dos corpos femininos com o componente diaspórico.

2.2. Rumo à construção de uma subjetividade feminina negra

Se o termo afro-europeu assume conotações raciais, então, em última análise, raça é inseparável do conceito de interseccionalidade e, portanto, o primeiro objetivo das histórias de vida consiste na exaltação dos processos emancipatórios inerentes à construção de uma subjetividade feminina negra.

Para tanto, em primeiro lugar, é preciso reconhecer a importância das políticas identitárias na construção desse universo subjetivo. O processo de desenvolvimento da subjetividade, ou seja, seus valores, limites morais e emocionais, bem como crenças e aspirações, tende a ser concebido de forma individual. Apesar disso, a subjetividade implica um processo de autodescoberta que só se sustenta no enriquecimento recíproco derivado da interação social. Este último conceito, desenvolvido por Robert Park, Ernest Burgess e

Roderick McKenzie (1992), surge justamente das relações de reciprocidade geradas no contexto das cidades norte-americanas. Em outras palavras, é inegável o potencial do espaço urbano para a gestação de processos identitários emancipatórios, pois a cidade se consolida como o palco por excelência de experiências sociais há séculos.

No entanto, essa premissa fundamenta uma inferência que deve ser considerada. Se é verdade que, em consonância com o que afirmam Félix Guattari e Suely Rolnik (1986, pp. 31-33), a identidade se refere à subjetividade como “essencialmente social, sendo assumida e vivida pelos indivíduos em suas existências particulares”, então é necessário, em um primeiro nível, desconstruir a tensão tradicional entre o ser humano e o seu ambiente urbano. Além disso, segundo Park, essa é a única forma de estabelecer um controle social que se traduza justamente na participação em um processo de realização comum cuja preservação depende dessa reciprocidade simbólica entre os pares. Na ausência dessa identidade e comunhão cultural, o homem torna-se marginal porque está precisamente na fronteira entre duas culturas.

Em uma perspectiva mais ampla, podemos então afirmar que a subjetividade essencialista é desmantelada por um conceito de subjetividade subversiva que poderia se materializar no “agenciamento coletivo de enunciação” (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 30) a partir da proposta da ecologia humana (PARK, BURGESS e MCKENZIE, 1992, pp. 1-2; BALLIS LAL, 2017, p. 29).

A relação do ser humano com o ambiente, que pode incluir a relação entre ele e o território geográfico onde vivem os corpos humanos, traduz perfeitamente a articulação entre a construção da subjetividade e o ambiente circundante. Portanto, nossa existência é concebida a partir de considerações externas (de outros indivíduos). O "eu" depende, então, de como somos vistos e, nesse sentido, se os "outros" nos veem como ontologicamente inferiores, então nossa subjetividade se forma, desde o início, de modo condicionado a um padrão epistemológico dominante que se projeta na construção identitária do ser humano. Em outras palavras, a sociabilidade associada à subjetividade tem implícita uma rivalidade entre vários recursos hermenêuticos, uma vez que “os preconceitos também estão relacionados a tabus, e por isso tendem a manter *as distâncias sociais* e a organização social existente. O sentimento e o preconceito são formas elementares de conservadorismo” (PARK, BURGESS e MCKENZIE, 1992, p. 16, trad. nossa).

Nessa sequência, surge a necessidade de trazer à tona a pertinência da ampliação do conceito de negritude. Esta é uma discussão complexa que levanta várias questões importantes. Afinal, quão amplo pode ser esse conceito? Não há resposta contundente.

Entretanto, uma sugestão pode ser “explorar os lugares marginais como os melhores espaços para nos tornarmos no que queremos ser e, ao mesmo tempo, permaneceremos comprometidos com a luta emancipatória da liberação negra” (HOOKS, 2021, pp. 43-44, trad. nossa). Em outras palavras, a importância dos relatos das mulheres afrodescendentes se centra na necessidade de dissociar a experiência negra dos debates antirracistas exclusivamente masculinos ou, pelo menos, direcionados à solidariedade entre homens e mulheres negros, desmontando um posicionamento de oposição entre ambos.

Da mesma forma, esse processo de solidariedade também se aplica em relação à desconstrução do capitalismo e do heteropatriarcado por mulheres negras e brancas, debate tão ou mais polêmico do que a discussão sobre a diversidade do conceito de negritude.

2.3 Articulação entre corpo e memória

A relação entre os corpos femininos negros e espaço no contexto dos bairros periféricos da área metropolitana de Lisboa é a premissa dessa pesquisa. Este tema permite explorar como as mulheres afrodescendentes encaram a experiência do outro lado da linha abissal, como se estes bairros não fizessem parte da cidade de Lisboa. Essa análise permite enquadrar várias questões. No entanto, resumidamente, pode-se materializar em algumas das seguintes situações: a sensação de corpo estranho quando se está no centro da cidade em contraste com o bairro ou, alternativamente, a sensação de apenas atravessar a fronteira da linha abissal para ir trabalhar/estudar.

Os exemplos acima mencionados permitem, de modo geral, responder à pergunta “o que é ser uma mulher afrodescendente da periferia de Lisboa?”, ou seja, quais são suas aspirações e suas vulnerabilidades e, por sua vez, quais práticas podem ajudar a desconstruir a injustiça epistêmica.

Em seguida, também é importante analisar como a relação entre o corpo e a memória, pode ser construída especialmente no que se refere ao “memoricídio”⁶ (destruição premeditada da memória cultural de um povo) perpetrado contra populações negras. De fato, o elemento corpóreo está muito presente nos estudos descoloniais africanos. Com diz Maria Antonieta Antonacci:

Aprender regimes de símbolo e de energias de corpos de sabedoria oral africana resalta a relevância do corpo em suas culturas, como o fluir de energia em seus regimes de comunicações orais, potencial usufruído por europeus na escravização de

⁶ O memoricídio é uma forma de epistemicídio. O termo foi introduzido por Mirko Grmek (2018, p. 157) à raiz da guerra das Balcãs.

corpos africanos; corpos que, em múltiplos subterfúgios e artimanhas culturais, refizeram seus corpos comunitários em diásporas (ANTONACCI, 2018, p. 116).

Consequentemente, coloca-se a questão de saber até que ponto os corpos femininos negros diaspóricos podem constituir meios revolucionários para derrubar a discriminação interseccional que até hoje condiciona a vida das mulheres afrodescendentes portuguesas.

3. Injustiça epistêmica: alguns casos práticos subversivos de reconfiguração ontológica

3.1 Nomear como um ato de justiça epistêmica

Embora tenha sido explorada a riqueza das entrevistas de três mulheres afrodescendentes, este artigo levará em conta apenas alguns elementos extraídos da história de vida de Carla, como um dos exemplos paradigmáticos dos resultados alcançados até o momento por meio da pesquisa.

Como forma de valorizar a experiência das mulheres afrodescendentes que colaboraram nesta investigação, pareceu-nos oportuno que os autores comessem por identificar, após pedido de autorização prévio, a entrevistada e, mais que isso, nomeá-la. Dizer seu nome significa reconhecer sua existência e sua trajetória. Por isso, antes de discutir o caso selecionado, é importante, antes de tudo, saber quem é Carla.

Carla é uma portuguesa heterossexual. Nascida em 1980, é antropóloga e *coaching* de formação e, como muitas outras pessoas da sua geração, produto de um percurso migratório gerado pelo processo de descolonização impulsionado pela guerra colonial e pela revolução de 25 de Abril de 1974.

Antes da independência de Moçambique em 1975, a sua mãe era funcionária pública e trabalhava para as linhas aéreas de Moçambique, enquanto seu pai era membro das forças especiais do exército português.

Tal como muitos outros, quando chegaram a Portugal, Carla e sua família foram viver para a periferia, mas –confessa– existem várias periferias. O bairro do Talude é o nível periférico mais profundo. Um bairro na estrada militar que, nos anos noventa, não tinha eletricidade ou estradas alcatroadas. As problemáticas eram várias, mas Carla, à época voluntária na associação do bairro, solidarizou-se particularmente pela situação das mulheres domésticas negras, circunstância que, de resto, ecoa em muitos outros contextos geográficos, ainda que com variantes indiscutíveis.

Ressalte-se que a separação entre centro e periferia, levada em conta nesta pesquisa, nem sempre supõe um componente geográfico, uma vez que a mesma relação dialética pode

ser observada na reivindicação de lugares de fala que, para além da questão urbana, representam em sua essência uma questão política estritamente ligada à necessidade criar recursos hermenêuticos coletivos para produzir conhecimento.

Neste caso, no entanto, o componente geográfico se justifica pelo facto de a periferia ser racializada ou, ou seja, grande parte da população negra ser periférica e só se deslocar ao centro por períodos limitados. Por isso, a racialização da cidade de Lisboa será o mote para o início de um notável percurso associativo que culminou com a criação de um projeto social próprio e uma breve passagem na vida política do concelho de Loures.

A escolha dos exemplos que serão apresentados a seguir se referem à ideia de casa como espaço seguro; fonte de conforto e regeneração. O uso metafórico de casa serve, nesse caso, para simbolizar o espaço da cidade e, nesse sentido, para demonstrar em que medida as formas de opressão interferem nos mais diversos aspetos do cotidiano das mulheres afrodescendentes que são privados de uma vida familiar normal. O esbatimento de fronteiras entre espaço público e privado significa, portanto, que o retorno a casa não é mais o único lugar onde elas se podem sentir seguras e reconhecidas na plenitude de suas subjetividades.

Por fim, a capacidade emocional surge em um segundo momento justamente para superar a falta de recursos coletivos que fundamentam a invisibilidade dessas mulheres. Ao relatar a experiência de Carla e, nesse sentido, denunciar as precárias condições de trabalho dessas mulheres, que muitas vezes não conseguem fortalecer as bases emocionais de sua casa e de sua família, para ir trabalhar de madrugada, pretende-se desmontar práticas reiteradas de injustiça testemunhal que, por sua vez, vão ajudar futuras gerações a resistir contra a institucionalização heteropatriarcal e racializada do trabalho precário.

De mesma forma, a capacidade emocional atua como um mecanismo de resistência que nos ajuda a construir espaços seguros para enfrentar as manifestações cotidianas da discriminação. Nessa perspectiva, podemos considerar essa premissa parte da resignificação da territorialidade inspirada nas lutas quilombolas (embora com evidentes diferenças contextuais) que, em última análise, representam uma reivindicação de sua cultura, de seu modo de vida e de sua existência.

Em concreto, a escolha dos casos é oportuna pelo seu potencial de anular o silenciamento causado por repetidas práticas de injustiça epistêmica. Quando pensamos que a capacidade emocional dá às mulheres afrodescendentes as ferramentas necessárias para não serem inibidas de progredir em seus objetivos, existirá oportunidade para seu posicionamento em espaços predominantes brancos.

Nessa sequência, irá ocorrer a criação progressiva de referências, ou seja, de recursos epistêmicos capazes de garantir a essas mulheres a capacidade de reescrever suas histórias, pois elas terão pelo menos dois elementos. De uma parte, os testemunhos possibilitados não só por este artigo, mas também por outras iniciativas semelhantes, irão fornecer a teorização necessária para compreender os fenômenos que caracterizam o racismo e o sexismo. Por outra parte, e em estrita conexão com o elemento já referido, se parte da premissa de que essas mulheres vão ter orientação prática sobre como preservar sua capacidade de participar da comunidade epistêmica. Essa circunstância se relaciona à ideia de que a injustiça testemunhal passa a ter uma contranarrativa baseada em um desafio direto ao relato oficial produzido pelo paradigma da modernidade colonial e centrado no Norte global.

3.2 Estudo de caso 1: a resignificação do conceito de casa como uma forma de resistência

Como já mencionado, um elemento muito interessante e que tem sido muito utilizado na racionalidade artística descolonial é a casa. A metáfora da casa tem sido usada por artistas tais como Emily Jacir, cujo conceito de casa é usar para tornar visível a diáspora palestina formada por aqueles que são forçados ao exílio pois foram expulsos dos territórios ocupados pelos israelenses.⁷

Da mesma forma, o conceito de casa pode atuar como uma poderosa ferramenta para delinear relações sociais com implicações étnico-raciais pois se manifesta como metáfora para as interseções de formas de opressão. De fato, fazendo a análise de um microespaço é possível induzir um conjunto de pressupostos sobre o comportamento dessas mulheres e, a partir daí, fazer inferências sobre como a associação entre família e casa poderá ser relacionada no cotidiano, consolidando processos de subjetividade no plano individual que, por sua vez, se estendem à família e, em última análise, à sociedade em geral.

Embora parte desses pressupostos se baseie em uma base etnográfica, o ponto de interesse com relevância para esta pesquisa, se centra principalmente no potencial da casa para desconstruir práticas estruturais de injustiça epistêmica a partir da ideia de que a casa é, por excelência, um espaço de regeneração, mas, também, reflexo de relações sociais, daí “a indissociabilidade da casa e da configuração de casas, entendidas como processo, leva a investigar como outros domínios, tais como a política, a religião, as relações raciais e

⁷ Em 2001, Jacir apresentou uma obra comemorativa intitulada “Memorial a 418 aldeias palestianas que foram destruídas, despovoadas e ocupadas por Israel em 1948”, consistindo em uma grande tenda de abrigo com os nomes bordados das 418 aldeias palestianas arrasadas por Israel. A obra faz parte do catálogo do Museu Nacional de Arte Contemporânea de Atenas (JACIR, 2004).

interétnicas (...) são ativadas na produção de relações e valores familiares” (MARCELIN, 1999, p. 51).

Por isso, também é necessário o esbatimento de fronteiras entre espaço público e privado, pois a desarticulação de relações familiares motivada por longas jornadas de trabalho tem uma dupla dimensão. A dissociação entre a casa e seu caráter emancipatório é um processo que parte desde uma perspectiva interna que atinge primariamente os filhos de mulheres afrodescendentes e, progressivamente, representa uma dimensão externa que se concretiza pela manifestação cíclica do tipo de inserção social dessas crianças na sociedade. Além disso, em relação especificamente às mulheres afrodescendentes, será possível verificar o resultado da intensificação do processo de generificação do trabalho em relações familiares em que mulheres afrodescendentes continuam associadas a determinados empregos de condição precária combinados com a responsabilidade doméstica de cuidado dos filhos e, portanto, o sexo atua como catalisador de experiências precárias no espaço público, mas também em casa. Esta última é a etapa de processos de deterioração ontológica que se relacionam com um maior peso na distribuição das tarefas domésticas –o trabalho doméstico não remunerado de que fala Silvia Federici (2013) – e, ao mesmo tempo, a invisibilidade do caráter meritório desses trabalhos para o funcionamento geral da sociedade, que está intrinsecamente ligada a fenômenos de silenciamento epistêmico criados por um ato de desqualificação cognitiva estrutural associado a esses trabalhos.

Assim, trazendo os próximos exemplos para o debate, questiona-se, no caso que estamos estudando, como a casa pode ser interpretada aqui como um espaço que precisa ser limpo e desconstruído ou, em alternativa, como o conceito de casa pode ser utilizado em um sentido reivindicativo, ou seja, no sentido de reivindicar o direito de ocupar determinados espaços e gozar dos mesmos direitos que os demais.

Levando em conta esse questionamento inicial, a história de vida da Carla é um exemplo paradigmático de como criar estratégias de resistência a partir de uma perspectiva normalmente associados a corpos brancos, transformando esses lugares progressivamente em espaços de conforto e aceitação de subjetividades dissidentes. De outro, a urgência de revitalizar a casa como bastião de resistência, proposta desenvolvida por Bell Hooks (2021, pp. 72-73), também é viável.

Neste caso, no entanto, é interessante projetar, antes de tudo, as injustiças epistêmicas detrás do exemplo que se apresenta. Embora com óbvias variações dependendo do contexto em que se encontram, as mulheres negras sempre foram condicionadas a longas jornadas de trabalho, sem com isso se eximir de obrigações domésticas e familiares que o patriarcado

reserva. Desse ponto de vista, o silenciamento das mulheres negras atua por meio da desarticulação do lar ou, ou seja, a desconstrução do carácter emancipatório da casa como porto seguro onde as mulheres têm tempo para curar marcas geradas pela opressão do cotidiano e, a partir daí, estimular a capacidade emocional de seus filhos para resistir à discriminação cotidiana.

A ideia que defendemos é, portanto, realizada na intenção de desqualificar as mulheres negras e as futuras gerações afrodescendentes. Pela ilusão racista de que não têm capacidade para um trabalho digno, as aspirações a uma vida melhor são anuladas pela frustração de um emprego que permite sobreviver, mas não viver condenando da mesma forma gerações futuras que, por falta de meios econômicos, são forçadas ao mesmo ciclo de vida.

De fato, o sector doméstico é até hoje profundamente atravessado por classe, raça e gênero. A racialização e a generificação desse tipo de trabalhos continua a ser amplamente fomentada pela crença errônea de que existem certos trabalhos que são para certas pessoas. Não por acaso com facilidade são encontradas muitas mulheres afrodescendentes portuguesas, as quais, embora com graduação formação superior, não conseguem entrar no mercado de trabalho e optam pela “estabilidade financeira” de um trabalho na limpeza.

Assim, é fundamental compreender os processos detrás da construção da desumanização cognitiva. Quando os opressores encontram estratégias para remover o carácter emancipatório do lar (HOOKS, 2021, pp. 73-74) estamos simplesmente diante da dor gerada pela violência interseccional, despida de qualquer quadro de resistência. O papel que Carla desempenhou na mitigação dessa dor metafórica, se traduz, por isso, em um ato de empatia por todas aquelas mulheres que todos os dias se levantam de madrugada e vão para o centro da cidade para limpar os grandes escritórios, hospitais e outros lugares. Nesse sentido, Carla refere:

Nós tínhamos uma realidade com a comunidade migrante que as pessoas não têm noção (...), mas estas mães (...) normalmente são aquelas mulheres que trabalham de madrugada para os escritórios estarem limpos (...) para estarem operacionais e abertos ao público. Agora imagina (...) estas senhoras com crianças e com filhos às 4 da manhã (...) onde é que elas metem as crianças? (...) Era um facto que nós assistíamos todos os dias...e nós a sabermos que a mãe saía às 4 da manhã, deixava a criança a dormir...sozinha em casa...saía para ir limpar e voltava...porque normalmente elas trabalham em 3-4 sítios, fazem 2 horas num lado, 2 horas no outro (...) e vão preenchendo assim o dia (...) fora o tempo que elas gastam (...) a energia nas deslocações e na mobilidade que têm de fazer. E nós começámos a olhar para isso...bem, nós temos de resolver isto (...) e então começámos a organizar melhor a associação (entrevista pessoal realizada a 25 de setembro de 2021).

Além das precárias condições de trabalho, sintomáticas da falta de uma alternativa viável onde deixar as crianças em segurança no momento que saem para o trabalho, vale ressaltar também o problema da invisibilidade. Esta última é, de todas, talvez a maior forma de violência que emana desse tipo de trabalho. A invisibilidade de seu trabalho e a desvalorização das lutas que muitas dessas mulheres que se sacrificam para, na maioria das vezes, receber um salário abaixo de suas expectativas.

Ciente dessa realidade subalterna, a inquietação de Carla naturalmente se cruza com sua jornada associativa que começou justamente no bairro do Talude. A dinamização comunitária em microescala serviu de base para a criação posterior da empresa dedicada justamente à integração migratória inspirada na filosofia *ubuntu* e do humanismo africano (CAVALCANTE, 2020, p. 187), além de capacitar e apoiar processos diaspóricos principalmente dos países lusófonos africanos e do Brasil. A sua estratégia se define essencialmente pela criação de uma alternativa à inserção profissional tradicional por meio de um projeto-piloto que apoia as comunidades afrodescendentes.

Além disso, e em relação com o exposto, Carla se dedicou à capacitação dos líderes associativos. Em vez da tradicional resposta pontual assistencialista, o foco está, portanto, no fortalecimento institucional dessas organizações periféricas, muitas vezes o ponto de contacto mais próximo com as subjetividades dissidentes que vivem na periferia. Nesse sentido, destaca-se o projeto *Sai do Bairro Cá Dentro* do Programa Escolhas.⁸

Representando um exemplo paradigmático de justiça epistêmica, o projeto “Vamos Utopiar”, financiado pelo mencionado programa em 2008, permitiu à Carla começar um processo de reconstrução histórica do bairro pela voz dos jovens, ou seja, com o desenvolvimento de recursos hermenêuticos que permitam contar a história do bairro e de seus habitantes nos seus próprios termos. Nas palavras da Carla:

Nós criámos rotas turísticas, fizemos uma parceria com a universidade de arquitetura e de geografia de Coimbra e de Lisboa (...) E, nós estudámos um pouco a história também da estrada militar...trazer outras pessoas para dentro da comunidade (...) quando tu vais ao bairro do Talude foram os miúdos que criaram a rota deles (...) quem vem ao Talude o que é que deve conhecer...qual é a nossa história, o que é que é importante para tu conheceres e saberes? (entrevista pessoal realizada a 25 de setembro de 2021).

Essa circunstância é também uma excelente demonstração do potencial da união articulação entre o mundo académico e a prática social. Se baseia em uma experiência

⁸ Programa governamental nacional que promove a inclusão social de jovens por meio de troca de experiências que permitem esbater fronteiras entre centro e periferia ao estimular atividades turísticas organizadas pelos habitantes do bairro e complementadas com atividades recreativas e culturais para os jovens.

concreta que se aliena de teorias abstratas cujas ambições totalizantes acabam por impedir formas alternativas de conhecimento. A reconstrução de espaços de representação por meio de uma estratégia orientada para a subversão de modos de produção epistemológicos hegemônicos se concebe, assim, em conjunto com a desconstrução de espaços predominantemente brancos proporcionada pelo exemplo seguinte.

3.3 Estudo de caso 2: capacidade emocional para conquistar espaços de representação

O processo de desenvolvimento da capacidade emocional de resistir a atos de discriminação interseccional é trabalhada desde o interior. Desse este ponto de vista, as histórias de vida exploram o potencial do uso do *coaching*⁹ como mecanismo de disputa e resistência no cotidiano. Carla adota uma atitude proativa diante da persistência do racismo estrutural e do sofrimento gerado pela vivência de experiências discriminatórias do passado é superado por meio de uma reconfiguração dessas memórias em exemplos concretos que Carla transmite aos seus formandos em sessões de *coaching*.

Embora inicialmente o uso desse processo esteja associado à descolonização de memórias, a verdade é que, de um ponto de vista mais pragmático, também permitiu acompanhar a trajetória de muitas outras pessoas racializadas em direção à busca de seus objetivos. Muitos delas, em certo sentido, simbolizam, a presença de corpos negros em espaços predominantemente brancos.

Para isso, a técnica da visualização atua como um catalisador de nossos sonhos: o trabalho ideal ou mesmo a realização de uma tarefa diária que é difícil de executar. Em um nível mais profundo, aplicando essa técnica ao cotidiano de uma jovem afrodescendente, entendemos que o poder emancipatório da técnica da visualização está em reconfigurar essas ausências e silenciamentos causados por séculos de opressão. Representa a capacidade de resistir e continuar a lutar, construindo ferramentas cognitivas que permitem conceber seus próprios espaços de representação (sua própria “casa”), pois, como diz Carla:

O ser possível não é dizer que todas as pessoas aceitaram o corpo negro. Eu é que me preparei e consegui com que eu tivesse este espaço. Tive de o conquistar. (...) Alguém vai ter de abrir caminho. Se nós hoje votamos, foi porque outras mulheres no passado lutaram para nós hoje podermos votar. (...) O caminho de acesso a plenos direitos foi conquistado. E então é isto. Nós temos de ocupar e conseguir conquistar esse espaço enquanto mulheres negras. (...) Isso faz-se com muita capacitação emocional...muita...isto ninguém fala, mas é trabalhar as emoções (...) porque (...) qualquer situação com que eu lido que me provoque desconforto. É humano (...) eu

⁹ O *coaching* é uma técnica de desenvolvimento pessoal em que o *coach* orienta a pessoa a atingir um determinado objetivo. Representa, portanto, uma forma de potenciar a performance de uma pessoa com base em um objetivo específico, por exemplo, a nível profissional e não só.

retraio-me (...) eu quero recuar (...) eu quero voltar para a minha bolha (...) para o meu cantinho (...) onde realmente eu não sinto essa discriminação (...) essa ostracização. Mas quanto menos eu estiver nos lugares mais tóxicos, mais difícil vai ser essa ocupação e essa apropriação desse espaço. Isto é como um músculo (...) se eu não treino o músculo, o músculo vai ficar atrofiado (entrevista pessoal realizada a 2 de outubro de 2021).

Assim, é interessante explorar a técnica de visualização desenvolvida por Carla como ferramenta cognitiva subversiva capaz de demonstrar os instrumentos opressores usados pelo paradigma hegemônico. O epistemicídio de formas de conhecimento diaspóricas tem levado à ausência de recursos hermenêuticos necessários para enfrentar as mazelas causadas pela discriminação. Com destes processos, Carla conseguiu combinar a mente e o corpo permitindo se dotar de mecanismos de defesa necessários para não sucumbir aos desafios cotidianos enfrentados por muitas mulheres afrodescendentes em Portugal.

4. Considerações finais

Assumindo a virtualidade das histórias de vida para desconstruir repetidas manifestações de epistemicídio, ao longo deste trabalho foi possível revelar o potencial das formas femininas de resistência afrodescendente ao pensamento colonial e abissal como forma de restaurar uma humanidade negada por múltiplas formas em que esse modo de pensar se manifesta e de combater a injustiça epistêmica dela derivada. Isso implica fortalecer a voz de grupos sociais tornados invisíveis e legitimar o conhecimento nascido nas lutas de resistência (SANTOS, 2020), o que nos lembra a importância de descolonizar e despatriarcalizar saberes, no caso aqueles baseados nas experiências de vida negra e afrodiaspórica. Desse modo, este artigo apresenta uma proposta de análise do modo como as formas de discriminação e opressão, particularmente sexo e a raça, se relacionam com o espaço urbano e, conseqüentemente, como as manifestações de injustiça epistêmica se projetam sobre a realidade das mulheres afrodescendentes na área metropolitana de Lisboa.

Com base nessa hipótese de partida, é possível afirmar que a história de vida da Carla se destaca em uma dupla vertente. Por um lado, demonstra como a injustiça epistêmica condiciona processos marginais de subjetividade evidente pelas marcas deixadas pela intersecção entre racismo e sexismo. Por outro, prevê a emergência de práticas de resistência epistemológica e política utilizadas como forma de enfrentar os obstáculos criados pela discriminação interseccional da diáspora feminina negra na sociedade portuguesa. Em nossa perspectiva, essas práticas são exemplos corporificados do que Medina (2013) chama de

epistemologias de resistência, mas também são práticas de reexistência,¹⁰ de ressignificação e apropriação estratégica de espaços, de criação de outras formas de subjetividade, de luta pela emancipação e, em instância, pela afirmação de uma vida digna.

Da mesma forma, a virtualidade das histórias de vida permite, usando uma abordagem profundamente indutiva, enaltecer subjetividades dissidentes e, desse modo, contribuir para uma reflexão crítica sobre o combate à discriminação sexual e racial em Portugal. Uma das principais vantagens dessa investigação, ainda em curso, se refere justamente para a escassez de estudos étnico-raciais e de tipo feminista e descolonial no país. Porque este artigo pretende ser uma forma de desafiar o debate oficial em torno dessas questões a partir de uma perspectiva construtiva e cientificamente sólida.

Finalmente, a partilha das histórias de vida de mulheres afrodescendentes na área metropolitana de Lisboa nos permite construir pontes entre trajetórias de vida e trocar experiências luso-brasileiras sobre a descolonização das mentes femininas afro-diaspóricas. O debate é particularmente importante tendo em vista que a diversidade de processos identitários associada a uma certa realidade espaço-temporal e, assim, o feminismo, como movimento transnacional, deve ser capaz de relacionar ações de enriquecimento recíproco. Ao resgatar manifestações epistêmicas marginalizadas pelo paradigma dominante da modernidade ocidental, este artigo apela para a necessidade de reivindicar um lugar de fala para que todas as acadêmicas, intelectuais e ativistas do movimento de mulheres negras debatam em condições de igualdade material todos os problemas que ainda hoje persistem em relação à raça e ao gênero.

Referências

- AGUILÓ, A. “La universidad y la globalización alternativa: justicia cognitiva, diversidad epistémica y democracia de saberes”. *Nómadas: Critical Journal of Social and Juridical Sciences*, 22, 5-28, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4731982>. Acesso em: 7 dez. 2022.
- ALBÁN, A. “Epistemes “Otras”: ¿Epistemes Disruptivas?” *KULA: Antropólogos del Atlántico Sur*, 6, 22-34, 2012. Disponível em: https://www.revistakula.com.ar/numeros-antteriores/numero-6/kula6_2_alban_achinte. Acesso em: 13 dez. 2022.

¹⁰ Segundo Adolfo Albán (2012, p. 3, trad. nossa): "A reexistência implica viver em "outras" condições, ou seja, em processos de adaptação a um ambiente hostil em vários sentidos e a um poder colonial que tentou a todo o custo reduzi-las e mantê-las na sua condição de "coisas" e/ou mercadorias. É na construção das subjetividades negras que construo a categoria de reexistência, ou seja, a reelaboração da vida em condições adversas, tentando superar essas condições para ocupar um lugar de dignidade na sociedade, que coloca a reexistência também no presente das nossas sociedades racializadas e discriminatórias".

ALCOFF, L. M. “The Problem of Speaking for Others”. *Cultural Critique*, 20, 5-32, 1991.

AMARAL, M. F. “Lugares de fala: um conceito para abordar o segmento popular da grande imprensa”. *Contracampo*, 12, 103-114, 2005. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17388/11025>. Acesso em: 6 dez. 2022.

ANTONACCI, M. A. “Corpos negros: ‘Arquivo vivo’ em epistême de ‘lógica oral’”. In: MENESES, M. P. e BIDASECA, K. A. (coord.) *Epistemologías del Sur - Epistemologias do Sul*. Buenos Aires: Centro de Estudos Sociais/CLACSO, 111-131, 2018. Disponível em:
https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/83436/1/book_Epistemologias%20del%20Sur_Epistemologias%20do%20Sul.pdf. Acesso em: 7 dez. 2022.

BALLIS, B. L. *The Romance of Culture in an Urban Civilisation: Robert E. Park on Race and Ethnic Relations in Cities*. New York: Routledge, 2017.

BRONCANO, F. *Conocimiento expropiado: epistemología política en una democracia radical*. Madrid: Akal, 2020.

CAVALCANTE, K. L. “Fundamentos da filosofia Ubuntu: afroperspectivas e o humanismo africano”. *Revista Semiárido De Visu* v. 8, n. 2, 184-192, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.ifsertao-pe.edu.br/ojs2/index.php/semiaridodevisu/article/view/1094/458>. Acesso em: 7 de dez. 2022.

CARNEIRO, S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005, 339 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em:
<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2022.

CLIFFORD, J. *Itinerarios transculturales*. Barcelona: Gedisa, 2019.

COLLINS, P. H. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 2002.

CRENSHAW, K. “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”. *University of Chicago Legal Forum*, Issue 1, Article 8, 139-167, 1989. Disponível em:
<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf> Acesso em: 7 de dez. 2022

DOTSON, K. “A Cautionary Tale: On Limiting Epistemic Oppression”. *Frontiers: A Journal of Women’s Studies*, 33(1), 24-47, 2012.

FANON, F. *Black Skin, White Masks*. London: Pluto Press, 1986.

FEDERICI, S. *Revolución en punto cero. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2013.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FRICKER, M. *Injusticia epistémica. El poder y la ética del conocimiento*. Barcelona: Herder, 2017.

- GODRIE, B. e DOS SANTOS, M. “Présentation: inégalités sociales, production des savoirs et de l’ignorance”. *Sociologie et sociétés*, 49(1), 7-31, 2017. Disponível em: <https://www.erudit.org/en/journals/socsoc/2017-v49-n1-socsoc03347/1042804ar.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2022.
- GONZALEZ, L. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. *Tempo Brasileiro*, 92/93, 69-81, 1988.
- GRMEK, M. *Pathological Realities: Essays on Disease, Experiments, and History*. New York: Fordham University Press, 2018.
- GUATTARI, F. e ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HOOKS, B. *Ain't I A Woman: Black Women and Feminism*. London: Pluto Press, 1982.
- HOOKS, B. *Afán. Raza, género y política cultural*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2021.
- HOOKWAY, C. “Some Varieties of Epistemic Injustice: Reflections on Fricker”. *Episteme*, 7 (2), 151-163, 2010.
- JACIR, E. *Belongings: Arbeiten/Works 1998–2003*. Linz: OK-Centrum für Gegenwartskunst, 2004.
- KILOMBA, G. *Plantation Memories. Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast-Verlag, 2010.
- LECHNER, E. *Histórias de vida: olhares interdisciplinares*. Porto: Afrontamento, 2009.
- LEFEBVRE, H. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- MAMA, A. “Why We Must Write: Personal Reflections on Linking the Alchemy of Science with the Relevance of Activism. *Agenda: Empowering Women for Gender Equity*, 46, 13-20, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/269511517_Why_We_Must_Write_Personal_Reflections_on_Linking_the_Alchemy_of_Science_with_the_Relevance_of_Activism. Acesso em: 13 dez. 2022.
- MARCELIN, L. H. “A Linguagem da casa entre os negros do Recôncavo Baiano”, *Mana*, 5 (2), 31-60, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/kghr3xv9tC5yvVyBSTkTPLc/?lang=pt#> Acesso em: 12 dez. 2022.
- MEDINA, J. *The Epistemology of Resistance: Gender and Racial Oppression, Epistemic Injustice, and the Social Imagination*. New York: Oxford University Press, 2013.
- NDLOVU-GATSHENI, S. “The Cognitive Empire, Politics of Knowledge and African Intellectual Productions: Reflections on Struggles for Epistemic Freedom and Resurgence of Decolonisation in the Twenty-First century”. *Third World Quarterly*, 42(5), 882-901, 2021.

PARK, R., BURGESS, E. W., MCKENZIE, R. D. *The City*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

POHLHAUS, Jr., G, MEDINA, J., e KIDD, I. J. “Introduction to *The Routledge Handbook of Epistemic Injustice*”. In: POHLHAUS, Jr., G., MEDINA, J., e KIDD, I. J. *The Routledge Handbook of Epistemic Injustice*. New York: Routledge, 1-10, 2017.

PRATT, M. L. “Arts of the Contact Zone.” *Profession*, 33-40, 1991. Disponível em: <https://sci-hub.ru/10.2307/25595469>. Acesso em: 12 dez. 2022.

RIBEIRO, D. O. *que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, B. S. *La globalización del derecho. Los nuevos caminos de la regulación y la emancipación*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1998.

SANTOS, B. S. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. In: MURGEL STARLING, H. *et al.* (orgs.). *Sentimentos do mundo: ciclo de conferências dos 80 anos da UFMG*. Belo Horizonte: UFMG, 77-128, 2009.

SANTOS, B. S. *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Trilce: Montevideo, 2010.

SANTOS, B. S. *Justicia entre saberes: epistemologías del Sur contra el epistemicidio*. Madrid: Morata, 2017.

SANTOS, B. S. *O fim do Império cognitivo*. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, B. S. *O futuro começa agora: da pandemia à utopia*. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, B. S. “Uma reflexão autocrítica: um compromisso para o futuro”. *Expresso* (04/06/2023). Disponível em: <https://expresso.pt/opiniaio/2023-06-04-Uma-reflexao-autocritica-um-compromisso-para-o-futuro-581f0dd4>. Acesso em: 22 set. 2023.

SPIVAK, G. “Can the Subaltern Speak?” In: NELSON, C. e GROSSBERG, L. (eds.). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Champaign: University of Illinois Press, 271-313, 1988.

WALSH, C. “Las geopolíticas del conocimiento y la colonialidad del poder. Entrevista a Walter Mignolo”. *Polis: revista de la Universidad Bolivariana*, v. 1, n. 4, 1-26, 2003.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/305/30500409.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

Injusticias epistémicas: relatos y prácticas de resistencia epistemológica y política de mujeres afrodescendientes del área metropolitana de Lisboa

Resumen

Partiendo de un enfoque inductivo fundado en la metodología de historias de vida, influenciado por la Escuela de Chicago y sus métodos antropológicos para investigar comunidades urbanas, con particular énfasis en las contribuciones de Robert Park y Ernest W. Burgess, y fortalecido en el contexto académico portugués gracias al trabajo de Elsa Lechner, este artículo se adentra en una reflexión crítica sobre injusticias epistémicas y maneras de enfrentarse a ellas que cotidianamente experimentan las mujeres afrodescendientes del área metropolitana de Lisboa. Con este propósito, el artículo se organiza en tres partes complementarias: en la primera, se presenta una conceptualización introductoria de la injusticia epistémica sobre la base de diversas perspectivas teóricas feministas y descoloniales. En la segunda, se exploran tres ejes de análisis relevantes en la desvalorización del conocimiento producido desde la diáspora femenina negra. La tercera parte, a la luz de estudios de caso basados en historias de vida de mujeres afrodescendientes en Portugal, visibiliza ejemplos concretos de estrategias de resistencia epistemológica y política contra los efectos adversos de la injusticia epistémica, particularmente con relación a la cuestión racial y sexual. En las consideraciones finales, el trabajo concluye que la injusticia epistémica condiciona la formación de procesos de subjetividad. A pesar de ello, las voces de los grupos estructuralmente racializados y discriminados, como las mujeres afrodescendientes, pueden potenciarse a través de sus propias prácticas de resistencia política. Estas prácticas permiten a estas mujeres recuperar sus vidas y la libertad de definirse a sí mismas.

Palabras claves: Injusticia epistémica; Mujeres afrodescendientes; Historias de vida; Epistemologías del Sur.

Injustices épistémiques: histoires et pratiques de résistance épistémologique et politique des femmes afro-descendants dans la région métropolitaine de Lisbonne

Résumé

Au moyen d'une approche inductive basée sur la méthodologie des récits de vie, influencée par l'école de Chicago et ses méthodes anthropologiques de recherche sur les communautés urbaines, en particulier les contributions de Robert Park et d'Ernest W. Burgess, ainsi que par les travaux d'Elsa Lechner dans le contexte universitaire portugais, cet article propose une réflexion critique sur les injustices épistémiques et les moyens d'y faire face, vécues au quotidien par les femmes d'ascendance africaine dans la région métropolitaine de Lisbonne. À cette fin, l'article est structuré en trois parties complémentaires : dans la première partie, une conceptualisation introductive de l'injustice épistémique est présentée sur la base de diverses perspectives théoriques féministes et décoloniales. La deuxième partie explore trois axes d'analyse pertinents dans la dévaluation des connaissances produites par la diaspora féminine noire. La troisième partie, qui examine des études de cas basées sur les récits de vie de femmes d'ascendance africaine au Portugal, offre des exemples concrets de certaines stratégies contre-hégémoniques de résistance épistémique et politique face aux effets négatifs générés par l'injustice épistémologique, en particulier en ce qui concerne les questions raciales et sexuelles. Dans ses observations finales, la recherche conclut que l'injustice épistémique conditionne la configuration des processus de subjectivité. Néanmoins, les voix des groupes structurellement racialisés et discriminés, tels que les femmes afro-descendantes, peuvent être renforcées par leurs propres pratiques de résistance politique. Ces pratiques permettent à ces femmes de se réapproprier leur vie et la liberté de se définir elles-mêmes.

Mots-clés: Injustice épistémique; Femmes d'ascendance africaine; Histoires de vie; Épistémologies du Sud.

Epistemic injustices: stories and practices of epistemological and political resistance by Afro-descendent women in the Lisbon metropolitan area

Abstract

Through an inductive approach based on the methodology of life stories, influenced by the Chicago School and its anthropological methods for researching urban communities, with a particular emphasis on the contributions of Robert Park and Ernest W. Burgess, and reinforced in the Portuguese academic context by the work of Elsa Lechner, this article delves into a critical reflection on epistemic injustices and ways of coping with them that are experienced on a daily basis by women of African descent in the Lisbon metropolitan area. To this end, the article is organised into three complementary parts: in the first part, an introductory conceptualisation of epistemic injustice is presented based on various feminist and decolonial theoretical perspectives. The second part explores three relevant axes of analysis in the devaluation of knowledge produced by the black female diaspora. The third part, considering case studies based on the life stories of women of African descent in Portugal, offers concrete examples of some of the counterhegemonic strategies of epistemic and political resistance against the adverse effects generated by epistemological injustice, particularly in relation to racial and sexual questions. In its final remarks, the research concludes that epistemic injustice conditions the configuration of subjectivity processes. Despite this, the voices of structurally racialised and discriminated groups, such as Afro-descendant women, can be empowered through their own practices of political resistance. These practices allow these women to reclaim their lives and the freedom to define themselves.

Keywords: Epistemic injustice; Women of African descent; Life stories; Epistemologies of the South.